



*Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro*

## *Relatório de Atividades e de Contas de 2017*

*Março/2018*

## 1. INTRODUÇÃO

*João  
Card  
Hélio  
Márcio*

Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, no cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete à Assembleia Geral o Relatório de Atividades referente ao exercício de 2017.

A Mesa Administrativa ao tomar posse em Janeiro de 2017, iniciou um processo de mudança e tem procurado envolver todos os colaboradores neste processo, no sentido de reforçar os valores morais e sociais, melhorar a qualidade da prestação dos cuidados, e melhorar a qualidade de vida da população que servimos.

Temo-nos debatido com constrangimentos e necessidades originados pela crise económica e financeira da instituição.

Como em todos os processos de mudança, tem havido dificuldades adicionais na consolidação dos aspetos organizativos e funcionais, não permitindo a consolidação do compromisso coletivo face ao futuro, no entanto temos procurado caminhar para a sustentabilidade com ponderação e assertividade.

Durante o ano de 2017, assistiu-se a um processo de mudança, utilizando todos os recursos disponíveis, envolvendo todos os profissionais numa tentativa de encontrar as melhores estratégias que contribuíssem para uma melhor qualidade de vida dos nossos utentes.

A imagem esta instituição, exige atitudes e comportamentos de grande determinação, por isso vamos continuar a saber servir e continuar um caminho que sabemos não ser fácil.

Queremos investir com cautela e prudência para que possamos manter o compromisso de renovar e inovar como prometemos quando nos candidatámos.

## 2. RESPOSTAS SOCIAIS

### 2.1 ESTRUTURAS RESIDENCIAIS PARA PESSOAS IDOSAS - ERPI

O Concelho de Miranda do Douro, à semelhança dos Concelhos do Interior, tem progressivamente vindo a envelhecer, processo que corresponde a um aumento da esperança média de vida, resultado da melhoria da qualidade de vida, devido aos avanços científicos médicos e terapêuticos.

A população sénior carece de respostas sociais com qualidade, que devem ser desenvolvidas na perspetiva de maior humanização e do reconhecimento do direito de ser pessoa. A SCMMD está atenta a esta situação e procura desenvolver os serviços adequados ao bem-estar e à qualidade de vida dos seus utentes.

Face ao aumento da população sénior, ainda existe um número considerável de pessoas em condições de dependência, que não conseguem com a celeridade necessária respostas sociais adequadas à sua condição. Nas nossas respostas sociais predomina uma atuação humanizada, personalizada e que conduz a uma melhor qualidade de vida.

A SCMMD tem 3 Estruturas Residências para Pessoas Idosas (ERPI), localizadas em: Miranda do Douro, Duas Igrejas e Palaçoulo, tendo sido apoiados nestas três residências 141 Utentes.

A ERPI de S. Miguel em Palaçoulo, com uma capacidade para 37 Utentes, só tem acordos com a Segurança Social (SS) para 25, e a ERPI da Senhora do Monte em Duas Igrejas, com uma capacidade de 32 utentes, só 10 têm acordos com a SS, no entanto ambas apresentaram uma taxa de ocupação de 100%. A ERPI do Senhor da Misericórdia em Miranda do Douro com 88 acordos de cooperação com a SS, é um equipamento bastante degradado o que levou à redução do nº de utentes para 72, numa tentativa de melhoria da qualidade dos serviços prestados e mais humanizados a estes utentes.

Aquando das candidaturas à SS para novos apoios, a SCMMD candidatou-se quer para Palaçoulo, quer para Duas Igrejas, não sendo aprovada superiormente, devido à não apresentação das contas à SS nos prazos legais nos dois anos anteriores (2015 e 2016). Tendo a mesa sido informada deste facto, apresentou um recurso alegando os problemas contabilísticos dos anos anteriores, no entanto não fomos contemplados com mais acordos.

Dos 141 utentes institucionalizados 13 ocupam vagas sociais.

*Porto  
Macedo  
M*

  
A maioria dos nossos utentes apresenta dependência moderada a grave para as Atividades de Vida Diária (AVD) por incapacidade funcional e demência.

Relativamente ao grupo etário são maioritariamente do grupo dos 80-89 anos, o que aumenta as necessidades de cuidados diários.

Relativamente ao Género a maioria são mulheres viúvas com media de 82 anos.

É necessário que as ERPI's implementem não apenas na admissão mas com regularidade trimestral ou semestral a avaliação integral de cada utente, para que possam ser aplicados princípios de atuação na área da qualidade, eficiência, humanização que conduzam ao respeito pela individualidade e interdisciplinaridade.

Temos como objetivos principais nesta área a:

- Promoção e manutenção da funcionalidade e da autonomia do utente;
- Participação e corresponsabilização do residente ou representante, qualquer que seja a sua natureza, ou familiares, na elaboração do plano individual de cuidados.
- Uniformização de Regulamentos internos, procedimentos e protocolo de atuação e registos dos cuidados.

O custo médio mensal por utente foi de 922,76 €, não sendo possível comparar com o ano anterior por erros contabilísticos.

A comparticipação média mensal por utente foi de 350,20 € e a SCMMD recebeu de comparticipação total da SS de 340,47 € por utente.

A SCMMD despende em média 231,59 € dos seus recursos financeiros próprios por utente e por mês.

## **2.2 SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD**

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que visa garantir a satisfação das necessidades biopsicossociais e o bem-estar dos utentes, respeitando a sua permanência no domicílio e evitando/retardando a sua institucionalização. Esta resposta tem, também, como objetivo combater a exclusão e o isolamento social das pessoas dependentes que não têm redes de suporte e/ ou relacionamento familiar, fomentando uma relação de proximidade entre serviço, utente e família.



As diversas alterações na sociedade atual, sobretudo na composição e função da família, da solidariedade intergeracional e social e na insuficiência de respostas adequadas às situações de dependência, continuam a encontrar no Serviço de Apoio Domiciliário uma resposta capaz de colmatar algumas dificuldades e necessidades.

No ano de 2017, o Serviço de Apoio Domiciliário funcionou a partir das 3 respostas de ERPI, num total de 104 utentes, sendo 52 na SAD de Miranda, 25 na SAD de Duas Igrejas e 17 na SAD de Palaçoulo, com a variação na frequência ao longo do ano. Esta população é igualmente envelhecida e com dependência leve a moderada, isolada e com recursos socioeconómicos limitados.

A SAD tem vários serviços que disponibiliza aos utentes, sendo obrigatório disponibilizar pelo menos dois serviços. Os serviços que são mais solicitados pelos beneficiários são: Alimentação e a higiene individual e habitacional.

Custo médio por utente 391,74€, sendo a comparticipação média da SS de 298,49€.

### **2.3 CENTRO DE DIA DE VILA CHÃ**

O Centro de dia de Vila Chã com capacidade para 12 utentes, tinha apenas 2 utentes a frequentar, sendo que um deles decidiu a institucionalização no início do Inverno. É uma das valências que vinha dando elevado prejuízo, pelo que foi proposto e negociado com a Junta de Freguesia alterações ao seu funcionamento, pressupondo a participação da mesma na manutenção da estrutura. Não foi possível qualquer acordo para minimizar custos e manter o apoio local.

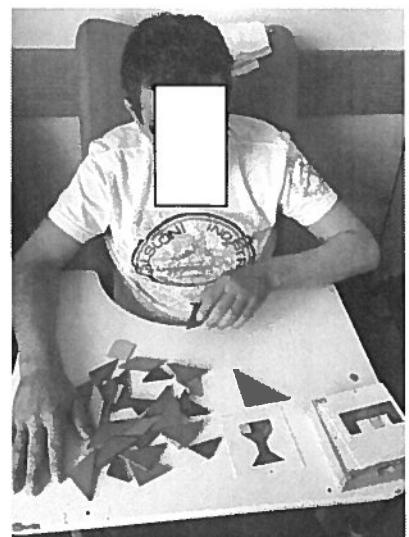
Assim propôs-se o seu encerramento temporário para Janeiro de 2018, e solicitou-se o pedido de transferência dos acordos existentes quer do SAD quer do CD para a ERPI de Duas Igrejas.

### **2.4 Atividades de Fisioterapia/ Animação sociocultural/ Psicologia/Terapia Ocupacional/ Educação Física / Terapia da fala/ Música**

Este grupo de Técnicos intervêm individualmente e/ou em grupo. Existem diariamente várias intervenções, de caráter terapêutico, cognitivo, lúdico-pedagógico e/ou sociocultural. Estas atividades, com diferente periodicidade em regra semanais e algumas mensais, foram

*Mauro  
Lopes  
Machado  
Santos*

delineadas com diversos objetivos específicos de caráter emocional, psicológico, funcional/reabilitação/ reintegração e cognitivo.





## 2.5 ÁREA INFANTIL – CENTRO INFANTIL MENINO JESUS DA CARTOLINHA

O Centro Infantil da SCMMD tem capacidade para 80 crianças entre os 4 meses e os 5 anos de idade, e possui acordo de cooperação com Segurança Social para 41 crianças em creche e 25 em pré- escolar.

Este serviço funciona de segunda a sexta-feira das 7h45m às 19horas.

Durante o ano 2017 frequentaram o Centro Infantil em média 80 crianças apoiadas por uma equipa de 15 profissionais, os quais promovem o seu desenvolvimento cognitivo e motor, através de atividades pedagógicas estimulantes adequadas à idade da criança.

Salientamos que muitas das famílias que nos procuram têm baixos rendimentos, sendo as mensalidades muito baixas, pelo que é uma das valências com défice acentuado.

No final do ano 2017 frequentavam a Creche 53 crianças, sendo 20 do sexo feminino e 33 do sexo masculino. Relativamente ao Pré- Escolar, em Dezembro frequentavam 25 crianças, sendo 9 do sexo feminino e 16 do sexo masculino.

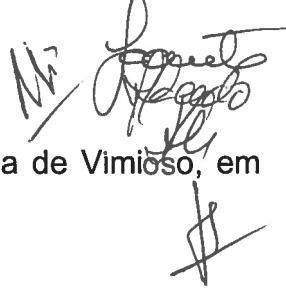
Para reduzir custos no funcionamento propôs-se a requalificação do espaço com ganhos energéticos consideráveis, apresentando-se uma candidatura ao Programa Rainha D. Leonor, o qual não foi aprovado.

Para o ano letivo 2017/2018 houve um número elevado de inscrições de utentes para o Pré – Escolar, pelo que se fez uma tentativa de fazer mais uma sala, no entanto o Ministério da Educação não autorizou o alargamento.

O custo médio mensal por utente foi de 329,65 €. E a media das mensalidades foi de 38,49€.

## 2.6 CRECHE FAMILIAR

Durante o primeiro semestre de 2017 a SCMMD aceitou o pedido da SS para ser responsável pela Creche Familiar de Vimioso e Miranda do Douro. Essa responsabilidade terminou em Junho de 2017 uma vez que o grupo de Amas se fracionou, por inclusão destas crianças e

  
amas terem sido absorvidas pela creche da Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, em  
Parceria com o Município de Vimioso.

## **2.7 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS DE LONGA DURAÇÃO E MANUTENÇÃO - UCCILMMD**

A UCCILM tem direção clínica e técnica própria, estando dependente da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, e tem capacidade para 21 utentes e com uma taxa de ocupação a 100%.

Tem exigências em recursos humanos que tornam a sua sustentabilidade impossível.

Para que fosse sustentável o seu funcionamento, teria de ter no mínimo 24 utentes. O ratio atual em recursos humanos é calculado para 30 utentes, logo a sua sustentabilidade vai manter-se eternamente ameaçada, uma vez que a sua capacidade não pode ir além dos 21 utentes.

## **3. OUTROS SERVIÇOS**

**3.1 Cozinha** - As cozinhas das diferentes ERPI's, nomeadamente Palaçoulo e Duas Igrejas, cozinharam para os residentes e distribuem para os SAD's.

A cozinha da ERPI de Miranda para além das refeições dos residentes distribui para o SAD e UCCILDM de Miranda do Douro, o que corresponde a uma média de 290 refeições por dia.

**3.2 Lavandaria** – As lavandarias dão resposta à roupa das estruturas residenciais que servem os respetivos SAD's

**3.3 Cantina Social** – Serve 7 Utentes em acordo com a SS, e outros sempre que sinalizados pela GNR ou outras entidades.

## **4. IGREJA DA MISERICÓRDIA**

No ano de 2017 a Igreja da Santa Casa da Misericórdia foi visitada por um número elevado de pessoas, na sua grande maioria turistas nacionais e estrangeiros, no entanto não existem registos dos mesmos.



Esta estrutura disponibiliza um espaço destinado a casa mortuária (única na cidade) a qual recebeu alguma beneficiação.

A mesa decidiu alterar/reduzir os custos cobrados pela SCMMD aos utilizadores deste espaço.

Durante o ano de 2017 foi utilizada por 11 funerais, sendo cobrado 400€.

O estado de degradação do telhado é grande, havendo infiltrações que estão a danificar este património tão rico, o qual deve ser preservado. Perante esta situação existe uma necessidade urgente de requalificação, pelo que foi solicitado um estudo e orçamento, tendo sido elaborada uma candidatura ao Prémio Vilalva, aguardando-se decisão.

## 5. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS SERVIÇOS



### 5.1 MISSÃO

A SCMMD procura ser uma referência local e regional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades dos cidadãos, com base na qualidade, na eficácia, na sustentabilidade, na inovação e na diversidade da prestação de serviços à comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro procura ter uma **VISÃO** estratégica orientada para a melhoria da qualidade dos serviços prestados, implementando um modelo de gestão organizacional junto dos seus colaboradores, que promova através de respostas sociais a melhoria contínua da qualidade de vida das crianças, dos idosos e da comunidade que serve.

Assenta a sua prática nos seguintes **VALORES**:

**Compromisso, Justiça, Ética, Solidariedade, Equidade.**

#### Objetivos

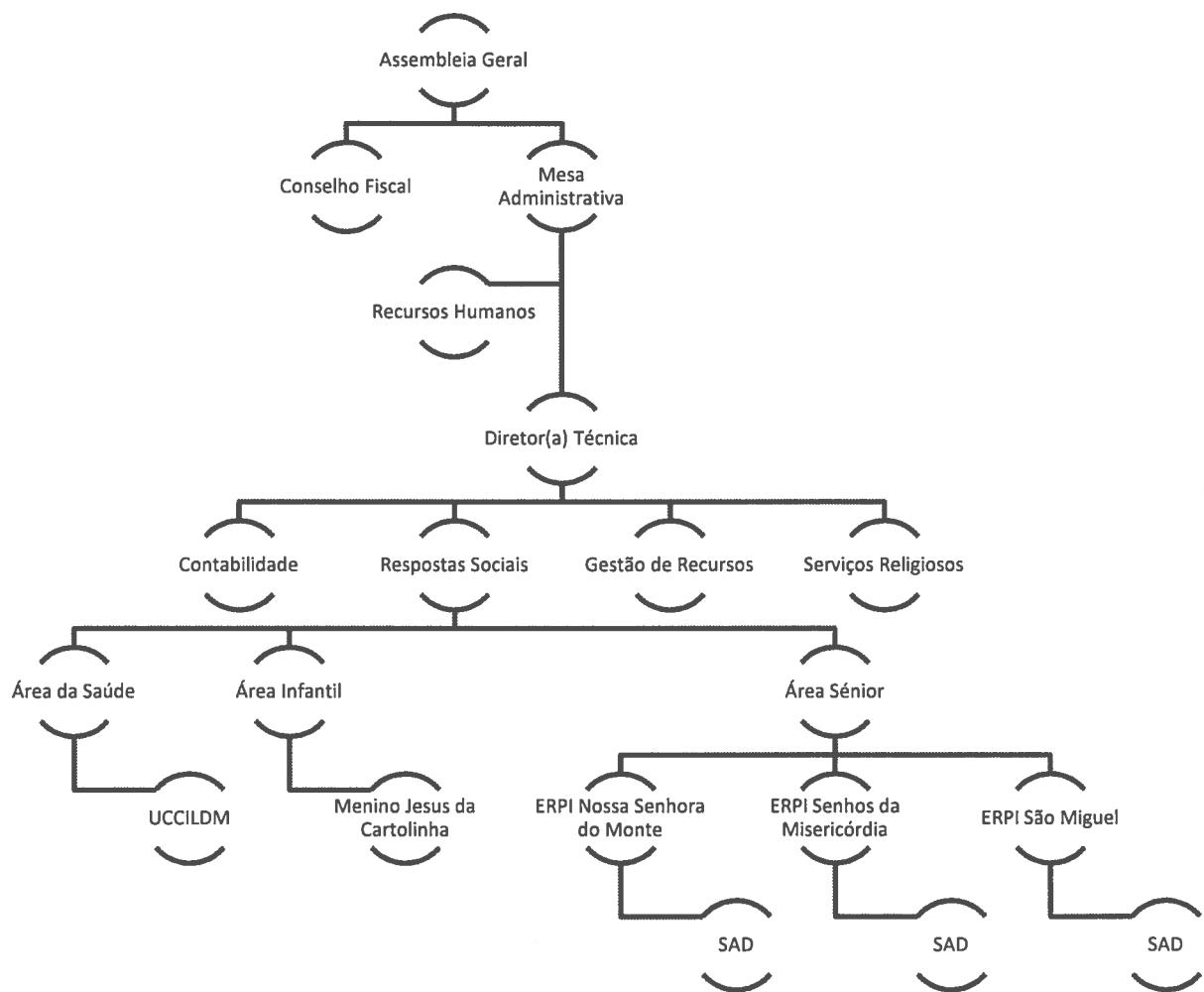
1. Identificar necessidades dos utentes e da comunidade
2. Manter e melhorar a atividade desenvolvida pelas diversas respostas sociais da instituição;
3. Promover a qualidade dos cuidados prestados em todas as valências.
4. Consolidar uma cultura de qualidade e melhoria contínua nos cuidados prestados;
5. Promover a segurança dos utentes e dos colaboradores.
6. Garantir o regular funcionamento das respostas sociais.
7. Garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas em qualquer idade.
8. Aumentar a eficiência dos recursos humanos, investindo na sua formação/informação;
9. Melhorar as condições de sustentabilidade;
10. Requalificar as estruturas físicas e modernizar dos equipamentos existentes (lares, centros de dia e apoio domiciliário e centro infantil).

Assim é importante termos o **Organograma**, representação gráfica para definir de forma hierárquica a organização desta instituição uma empresa.

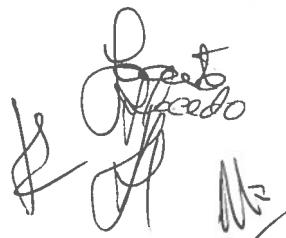
## 5.2 ORGANOGRAMA

*Assentado  
Revisado  
N.º*

A finalidade deste **organograma** é definir com perfeita clareza a função que desempenha cada um nesta instituição, havendo necessidade de criar um outro específico para cada uma das ERPI's



### 5.3 RECURSOS HUMANOS



Em finais de 2017 a instituição tinha ao seu serviço 156 trabalhadores afetos aos diferentes serviços. Além destes tínhamos 5 colaboradores recrutados através do IEFP. Graças a este recurso temos conseguido minimizar algumas áreas mais carentes, recrutando colaboradores nomeadamente através do Programa CEI – 3 colaboradores, 1 CEI+ e um estágio profissional.

Algumas das pessoas recrutadas a curto prazo deverão ser admitidas uma vez que esta Instituição necessita de ter recursos suficientes para as exigências a que está obrigada, quer pelo ACT, quer pela segurança Social.

### 5.4 FORMAÇÃO

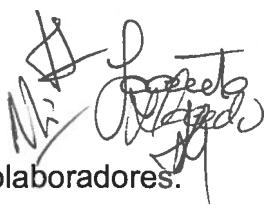
Esta mesa ao tomar posse apercebeu-se de várias lacunas em termos de formação e qualificação dos seus colaboradores, daí ter apostado nesta área e tê-la considerado prioritária. Durante 2017 procurámos promover formação interna/externa em diferentes áreas, nomeadamente na prestação de cuidados, higiene e segurança no trabalho, primeiros socorros, elaboração de horários, entre outros.

A maior parte desta formação foi gratuita através da parceria com a União das Misericórdias Portuguesas e da ACIMD.

### 5.5 OUTRAS ATIVIDADES REALIZADAS

Dentro da Organização e Gestão selecionamos algumas áreas como prioritárias:

1. Afastamento do TOC com necessidade de admissão de outro profissional qualificado
2. Organização da gestão de compras e Stocks
3. Rotatividade de técnicos e outros colaboradores, no sentido de melhoria da prestação de cuidados
4. Inventário do Património
5. Identificação dos terrenos existentes e a serem utilizados
6. Candidaturas à revisão dos Acordos de Cooperação à Segurança Social para aumento do número de acordos (Respostas: ERPI S, Miguel, ERPI N.Sra. do Monte e Creche)



7. Empréstimo bancário para assegurar os subsídios de férias dos colaboradores.
8. Encerramento temporário do Centro de Dia de Vila chão e proposta de requalificação para outros fins.
9. Aquisição e atualização de Software informático para melhoria da gestão e organização
10. Implementação da rede Informática local
11. Rotatividade de colaboradores no sentido de melhoria de cuidados
12. Alteração do regulamento das diferentes Valências para uniformizar procedimentos.
13. Diligências realizadas ao longo de todo o ano no sentido de resolução do contencioso entre a SCMMD e a empresa Multinordeste
14. Elaboração de projetos de candidatura para a requalificação do Centro Infantil
15. Elaboração de projetos de candidatura para a requalificação da Igreja da Misericórdia
16. Elaboração de projetos de candidatura para a requalificação da ERPI de Nossa Senhor da Misericórdia
17. Pavimentação na área envolvente de Duas Igrejas
18. Arranjos exteriores na Sede
19. Alteração do procedimento de aquisição da terapêutica de cada utente na farmácia da comunidade
20. Proximidade e Participação ativa na auscultação das necessidades dos utentes/familiares e colaboradores (reuniões, visitas domiciliárias...)
21. Apoio na alimentação das crianças em período letivo e de férias (Palaçoulo, ATL de verão e Páscoa- Duas igrejas).
22. Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais Carenciadas (POAPMC) - SCMMD- Instituição mediadora na distribuição de géneros alimentares às pessoas mais carenciadas.
23. Participação da SCMMD nas Reuniões da Rede Social (CLAS) e Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social e nos Grupos de trabalho "Envelhecer bem, envelhecer ativo"
24. Auditoria à gestão económica e funcionamento das respostas sociais solicitada à UMP (a decorrer)
25. Pedido de visitas regulares da Autoridade nacional da Proteção Civil e elaboração das medidas de autoproteção.

Miranda do Douro , 27 de março de 2018

Mesa Administrativa

  
Jacinta Raposo Fernandes

  
Nuno Rodrigues Gomes

  
Antideo Fernandes

  
Margarida Macedo

  
Anibal João

**Santa Casa da Misericórdia de Miranda do  
Douro**

**Demonstrações Financeiras**

**31 de dezembro de 2017**

## Índice

Demonstração Financeiras .....	4
Balanço .....	4
Demonstração dos resultados por Naturezas .....	5
Demonstração dos Resultados por Funções .....	6
Demonstração das Fluxos de Caixa .....	7
Anexo .....	8
1. Identificação da entidade .....	8
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras .....	9
3. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas .....	9
3.1 Bases de Apresentação .....	9
3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	20
5. Ativos fixos tangíveis .....	21
Outros ativos fixos tangíveis .....	21
Propriedades de Investimento .....	21
6. Ativos intangíveis .....	22
7. Inventários .....	22
8. Réido .....	23
9. Provisões, passivos e ativos contingentes .....	23
10. Subsídios e apoios do Governo .....	23
11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	23
12. Imposto sobre o rendimento .....	24
13. Benefícios dos empregados .....	24
14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais' .....	24
15. Outras Informações .....	25
15.1 Investimentos financeiros .....	25
15.2 Clientes e Utentes .....	25
15.3 Diferimentos .....	25
15.4 Caixa e depósitos bancários .....	26
15.5 Fundos patrimoniais .....	26

15.6	Fornecedores.....	26
15.7	Estado e outros entes públicos .....	27
15.8	Outras contas a pagar.....	27
15.9	Financiamentos Obtidos.....	27
15.10	Fornecimentos e serviços externos.....	28
15.11	Outros rendimentos e ganhos.....	28
15.12	Outros gastos e perdas.....	28
15.13	Resultados financeiros .....	29
15.14	Acontecimentos Após a Data do Balanço.....	29

# Demonstração Financeiras

## Balanço

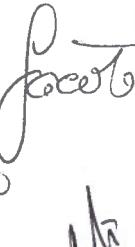






RUBRICAS	31 Dez 2017	31 Dez 2016	Variância
<b>ATIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Ativos fixos tangíveis	3.090.056,93	3.171.943,60	-2,58%
Bens do património histórico e cultural	53.244,39	53.244,39	0,00%
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00%
Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	2.910,58	1.173,43	148,04%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	0,00	0,00	0,00%
	3.146.211,90	3.226.361,42	-2,48%
<b>Ativo corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Inventários	17.089,87	22.572,22	-24,29%
Clientes	101.375,93	77.424,26	30,94%
Adiantamentos a fornecedores	286,15	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	0,00	0,00	0,00%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	0,00	0,00	0,00%
Outras contas a receber	55.943,18	53.390,34	4,78%
Diferimentos	8.875,24	7.306,61	21,47%
Outros ativos financeiros	0,00	0,00	0,00%
Caixa e depósitos bancários	340.169,09	288.733,81	17,81%
	523.739,46	449.427,24	16,53%
Total do Ativo	3.669.951,36	3.675.788,66	-0,16%
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Fundos Patrimoniais</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Fundos	159.260,13	159.260,13	0,00%
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00	0,00%
Resultados transitados	2.180.861,55	2.624.748,99	-16,91%
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00%
Outras variações nos fundos patrimoniais	804.349,99	823.841,35	-2,37%
Resultado líquido do período	-242.829,28	-272.790,28	10,98%
Total do fundo de capital	2.901.642,39	3.335.060,19	-13,00%
<b>Passivo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Provisões	0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos obtidos	256.069,80	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00%
	256.069,80	0,00	0,00%
<b>Passivo corrente</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
Fornecedores	66.360,26	89.489,63	-25,85%
Adiantamentos de clientes	71.973,57	60.177,18	19,60%
Estado e outros entes públicos	52.042,95	46.699,42	11,44%
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores/Doadores/Associados/Membros	0,00	0,00	0,00%
Diferimentos	0,00	5.646,48	-100,00%
Outras contas a pagar	321.862,39	138.715,76	132,03%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00	0,00%
	512.239,17	340.728,47	50,34%
Total do Passivo	768.308,97	340.728,47	125,49%
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo	3.669.951,36	3.675.788,66	-0,16%

## Demonstração dos resultados por Naturezas

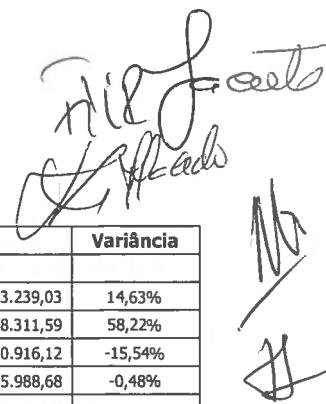
  


RENDIMENTOS E GASTOS	2017	2016	Variância
Vendas e serviços prestados	1.253.925,57	1.267.503,96	-1,07%
Subsídios, doações e legados à exploração	1.519.948,69	1.419.249,39	7,10%
Variação nos Inventários da produção	0,00	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-337.737,12	-300.961,59	-12,22%
Fornecimentos e serviços externos	-437.291,12	-476.295,26	8,19%
Gastos com o pessoal	-2.138.977,63	-2.081.256,13	-2,77%
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00%
Provisões específicas (aumentos/reduções)	0,00	0,00	0,00%
Outras Imparidades (perdas/reversões)	0,00	0,00	0,00%
Aumentos/reduções de justo valor	0,00	0,00	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	48.214,82	56.363,67	-14,46%
Outros gastos e perdas	-26.828,92	-5.747,35	-366,81%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-118.745,71	-121.143,31	1,98%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-122.118,89	-153.062,57	20,22%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-240.864,60	-274.205,88	12,16%
Juros e rendimentos similares obtidos	295,24	1.415,60	-79,14%
Juros e gastos similares suportados	-2.259,92	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos	-242.829,28	-272.790,28	10,98%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	-242.829,28	-272.790,28	10,98%

## Demonstração dos Resultados por Funções

RUBRICAS	2017	2016	Variância
Vendas e serviços prestados	1.253.925,57	1.267.503,96	-1,07%
Custo das vendas e dos serviços prestados	-2.476.714,75	-2.382.217,72	-3,97%
Resultado bruto	-1.222.789,18	-1.114.713,76	-9,70%
Outros Rendimentos	1.568.458,75	1.477.028,66	6,19%
Gastos de distribuição	0,00	0,00	0,00%
Gastos administrativos	-559.410,01	-629.357,83	11,11%
Gastos de investigação e desenvolvimento	0,00	0,00	0,00%
Outros gastos	-26.828,92	-5.747,35	-366,81%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-240.569,36	-272.790,28	11,81%
Gastos de financiamento	-2.259,92	0,00	0,00%
Resultados antes de impostos	-242.829,28	-272.790,28	10,98%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00	0,00%
Resultado líquido do período	-242.829,28	-272.790,28	10,98%

## Demonstração das Fluxos de Caixa



RUBRICAS	2017	2016	Variância
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	1.241.170,89	1.083.239,03	14,63%
Pagamentos a fornecedores	-1.231.457,66	-778.311,59	58,22%
Pagamentos ao pessoal	-1.647.753,62	-1.950.916,12	-15,54%
Caixa gerada pelas operações	-1.638.040,39	-1.645.988,68	-0,48%
<b>Outros recebimentos/pagamentos</b>			
Outros Recebimentos\Pagamentos - Utentes	1.871,78	0,00	0,00%
Outros Recebimentos/Pagamentos	1.469.023,53	1.462.803,93	4,25%
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-167.145,08	-183.184,75	-8,76%
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	-21.773,88	34.743,90	-37,33%
Ativos intangíveis	-149,90	0,00	-
Investimentos financeiros	-1.737,15	-757,37	109,91%
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00%
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00%
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00%
Outros ativos	0,00	0,00	0,00%
Subsídios ao investimento	0,00	19.310,60	-
Juros e rendimentos similares	295,24	1.415,60	-79,14%
Dividendos	0,00	0,00	0,00%
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-23.365,69	54.712,73	150,64%
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			0,00%
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			0,00%
Financiamentos obtidos	540.000,00	0,00	-
Realização de fundos	0,00	0,00	0,00%
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00	0,00%
Doações	0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00%
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			0,00%
Financiamentos obtidos	-295.952,38	0,00	-
Juros e gastos similares	-2.101,57	0,00	-
Dividendos	0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos	0,00	0,00	0,00%
Redução de fundos	0,00	0,00	0,00%
Outras operações de financiamento	0,00	0,00	0,00%
Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)	241.946,05	0,00	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	51.435,28	-128.472,02	135,97%
Efeito das diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00%
Caixa e seus equivalentes no início de período	288.733,81	417.205,83	-61,41%
Caixa e seus equivalentes no fim de período	340.169,09	288.733,81	66,78%

## **Anexo**

### **1. Identificação da entidade**

A "Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro", pessoa coletiva n.º 501596968 é uma instituição Particular sem fins lucrativos, e encontra-se registada, a título definitivo, na Direção Geral de Segurança Social, desde 15 de novembro de 1985, tem a sua sede na Rua Rainha D. Catarina, S/n, 5210 – 228 Miranda do Douro.

*Paulo  
Miguel  
João  
Márcia  
Nuno*

De forma a prosseguir os seus fins estatutários, a instituição tem como atividade principal o apoio à terceira idade e infância através das seguintes respostas sociais:

- Lares de idosos;
- Unidade de Cuidados Continuados (Longa duração);
- Jardim de Infância;
- Creche;
- Centro de Dia;
- Serviço de Apoio Domiciliário;
- Creche Familiar;
- Programa Emergência Alimentar.

A Instituição goza das isenções e regalias que o citado Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro concede às Instituições Particulares de Solidariedade Social.

## **2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Foram ajustados os saldos das contas de Fornecedores (ver nota 15.7), Estado e Outros Entes Públicos (ver nota 15.8) e Devedores e Credores por Acréscimo (ver nota 15.9) pelo que fica em causa o princípio da comparabilidade.

## **3. Resumo das principais políticas contabilísticas adotadas**

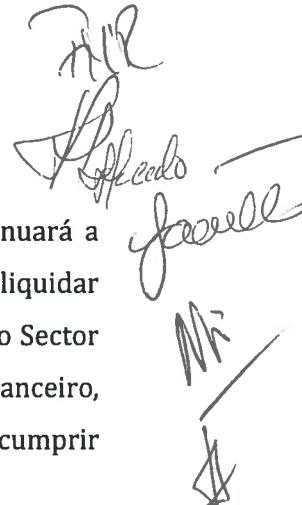
As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

### **3.1 Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas de acordo com a continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro. ESNL.

### **3.1.1 Continuidade:**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.



### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### **3.1.4 Materialidade e Agregação:**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente

relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### **3.1.6 Informação Comparativa**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### **3.2.2 Bens do património histórico e cultural**

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

Hillary  
Sofia  
Joacim  
Ná  
S

### 3.2.3 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimentos de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.4 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	-
Programas de Computador	1
Propriedade Industrial	-
...	-
Outros Ativos fixos intangíveis	-

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo

zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil,  
ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e

- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

*Guilherme  
Ricardo  
Joacinto  
Márcio  
Silva*

### **3.2.5      Investimentos financeiros**

Os Investimentos financeiros atuais dizem respeito à obrigatoriedade em contribuir para o Fundo de Compensação do Trabalho, criado em 2013 pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de setembro.

### **3.2.6      Inventários**

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

### **3.2.7      Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes;

## **Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

*tiny  
Heed  
Jacint  
N  
H*

## **Utentes e outras contas a Receber**

Os "Utentes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

## **Outros ativos e passivos financeiros**

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

*Rui  
Márcia  
Jacinto  
Márcia  
A*

### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8 Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

### **3.2.9 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exífluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.10 Financiamentos Obtidos

### Empréstitos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

## Locações

Os contratos de locação (leasing) são classificados como Locações Financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subacente do Regime do Acréscimo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

### 3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Contas do Balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior:

Foram corrigidos erros de períodos anteriores, nomeadamente, erros nos saldos de fornecedores, que apresentavam dívidas inexistentes; erros nos saldos da conta 2421 – Retenção de Imposto sobre Trabalho Dependente e 2422 – Retenção de Imposto sobre Trabalho Independente visto que apresentavam dívidas inexistentes; erro no saldo da conta 245 – Contribuições para a Segurança Social visto que o saldo que ficou em dívida no final de 2016 não coincide com o valor a entregar ao Estado referente à Declaração de Remunerações de Dezembro de 2016; erro no saldo da conta 27229 – Outras Despesas Diferidas que apresentava um saldo que transitou de 2015 para 2016 e em 2016 não foi regularizado; erro na conta 27222 – Remunerações a Liquidar visto que o valor da previsão de férias e subsídio de férias registado em 2016 ficou muito aquém do valor efetivamente pago em 2017 de férias e subsídio de férias.

## 5. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

### Outros ativos fixos tangíveis

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>.: Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	2.629,21	0,00	0,00	0,00	0,00	2.629,21
Edifícios e outras construções	4.294.542,80	0,00	0,00	0,00	0,00	4.294.542,80
Equipamento básico	559.358,50	15.863,99	0,00	0,00	0,00	575.222,49
Equipamento de transporte	249.363,64	17.112,11	0,00	0,00	0,00	266.475,75
Equipamento administrativo	199.761,40	3.443,72	0,00	0,00	0,00	203.205,12
Outros ativos fixos tangíveis	2.515,02	3662,50	0,00	0,00	0,00	6.177,52
<b>Total:</b>	<b>5.308.170,57</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.348.252,89</b>
<b>.: Depreciações Acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	8.870,52	0,00	0,00	0,00	0,00	8.870,52
Edifícios e outras construções	807.148,00	0,00	0,00	0,00	0,00	893.038,86
Equipamento básico	778.283,94	0,00	0,00	0,00	0,00	784.972,84
Equipamento de transporte	221.891,96	0,00	0,00	0,00	0,00	233.824,67
Equipamento administrativo	191.332,63	0,00	0,00	0,00	0,00	208.099,65
Outros ativos fixos tangíveis	83.392,16	0,00	0,00	0,00	0,00	135.976,07
Outras Imobilizações Corpóreas	51.894,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>2.142.813,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.264.782,61</b>
<b>.: Investimentos em Curso</b>						
Obras em Curso	6.586,65	0,00	0,00	0,00	0,00	6.586,65
<b>Total:</b>	<b>6.586,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.586,65</b>

### Propriedades de Investimento

Não aplicável

## 6. Ativos intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Custos e Depreciações Acumuladas		Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
<b>.: Custo</b>							
	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Programas de Computador	0,00	149,90	0,00	0,00	0,00	149,90
	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>149,90</b>
<b>.: Dep. Acumuladas</b>							
	Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Projetos de Desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Programas de Computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	149,90
	Propriedade Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Ativos Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>149,90</b>

## 7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2016		2017	
	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias Primas Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	22.572,22	0,00	22.572,22
Compras	0,00	231.651,38	0,00	332.254,77
Existências Finais	0,00	22.572,22	0,00	17.089,87
Custo do Exercício	0,00	300.961,59	0,00	337.737,12

## 8. Rérito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réritos:

*Paulo  
facec  
Vítor  
Ma  
F*

Descrição	2017			2016		
	Réritos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réritos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réritos reconhecidos no período anterior	Réritos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réritos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réritos reconhecidos no período anterior
Prestação de Serviços	1.253.925,57	99,98%	-1,07%	1.267.503,96	99,98%	-5,61%
Quotas de Utilizadores	1.252.172,57	99,84%	-1,08%	1.265.804,96	99,84%	-5,61%
Quotas e Jóias	1.753,00	0,14%	3,18%	1.699,00	0,14%	-5,08%
Juros	295,24	0,02%	16,00%	1415,60	0,02%	-86,47%

## 9. Provisões, passivos e ativos contingentes

Não aplicável

## 10. Subsídios e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

	2017	2016
Subsídios do Governo		
Centro Regional Segurança Social	1.148.177,14	1.104.305,05
Administração Regional de Saíde do Norte	205.234,15	202.183,43
Instituto Segurança Social Bragança	93.687,42	99.916,18
Instituto Emprego e Formação Profissional	3.995,30	643,90
Outros	68.067,48	12200,83
Subsídios de Outras Entidades		
Portugal 2020	50,79	
Doações e Heranças		
Doações	736,41	
<b>Total:</b>	<b>1.519.948,69</b>	<b>1.419.249,39</b>

## 11. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável

## 12. Imposto sobre o rendimento

Não aplicável

*ful  
leedo  
jacob  
NR*

## 13. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2017 e 2016, foram, respetivamente 5 e 5.

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de 161 e em 31/12/2016 foi de 158.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017			2016		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Remunerações ao Pessoal	1.758.538,49	82,21%	20,99%	1.453.400,03	69,83%	7,13%
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Indemnizações	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sobre as Remunerações	358.028,45	16,74%	3,95%	344.416,91	16,55%	10,02%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	18.684,13	0,87%	44,94%	12.891,22	0,62%	-19,92%
Gastos de Ação Social	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Gastos com o Pessoal	3.726,56	0,17%	-98,62%	270.547,97	13,00%	9,63%
<b>Total:</b>	<b>2.138.977,63</b>	<b>100,00%</b>	<b>2,77%</b>	<b>2.081.256,13</b>	<b>100,00%</b>	<b>7,69%</b>

## 14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

## 15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 15.1 Investimentos financeiros

Nos períodos de 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":  
Fundos de Compensação;

	2017
Outros Investimentos Financeiros	2.910,58
Fundos de Compensação do Trabalho	2.910,58
<b>Total:</b>	<b>2.910,58</b>

### 15.2 Clientes e Utentes

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>101.375,93</b>	<b>77.424,26</b>
Clientes	0,00	0,00
Utentes	101.375,93	77.424,26
<b>Adiantamento de Utentes</b>	<b>-71.973,57</b>	<b>-60.177,18</b>
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-71.973,57	-60.177,18
<b>TOTAL:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DE CLIENTES E UTENTES:</b>	<b>29.402,36</b>	<b>17.247,08</b>

### 15.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>8.875,24</b>	<b>7.306,61</b>
Outras despesas com gastos diferidos	8.875,24	7.306,61
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>0,00</b>	<b>-5.646,48</b>
Outros rendimentos a reconhecer	0,00	-5.646,48
<b>Total:</b>	<b>8.875,24</b>	<b>1.660,13</b>

*FML*  
*fl*  
*ff a de*  
*jeceito*  
*M*  
*xx*

**15.4 Caixa e depósitos bancários**  
A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Caixa	2.237,64	2.986,39
Depósitos à Ordem	337.931,45	84.290,48
Depósitos a Prazo	0,00	201.456,94
Outros	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>340.169,09</b>	<b>288.733,81</b>

**15.5 Fundos patrimoniais**  
Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	159.260,13	159.260,13
Excedentes técnicos	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00
Resultados transitados	2.624.748,99	2.180.861,55
Excedentes de revalorização	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	823.841,35	804.349,99
Resultado líquido do período	-272.790,28	-242.829,28
<b>Total:</b>	<b>3.335.060,19</b>	<b>2.901.642,39</b>

**15.6 Fornecedores**  
O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	66.360,26	a) 89.489,63
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Adiantamento a Fornecedores	286,15	0,00
<b>Total:</b>	<b>66.074,11</b>	<b>89.489,63</b>

a) Valor regularizado em 2017

## 15.7 Estado e outros entes públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
<b>Ativo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Passivo</b>	<b>52.042,95</b>	<b>46.699,42</b>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	10.543,00	a) 16.307,00
Segurança Social	41.340,60	a) 30.390,13
Fundos de Compensação	159,35	2,29

a) Valor regularizado em 2017

## 15.8 Outras contas a pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	<b>0,00</b>	<b>311,76</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Remunerações a pagar	0,00	247,86	0,00	0,00
Outras Operações	0,00	63,90	0,00	63,90
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	<b>0,00</b>	<b>629,30</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Fornecedores de Investimentos - contas gerais	0,00	629,30	0,00	0,00
<b>Credores por Acréscimos</b>	<b>0,00</b>	<b>299.101,04</b>	<b>0,00</b>	<b>130.361,38</b>
Remunerações a Liquidar	0,00	299.101,04	0,00	a) 130.361,38
<b>Outros Devedores e Credores</b>	<b>0,00</b>	<b>21.820,29</b>	<b>0,00</b>	<b>8.290,48</b>
Outros Devedores	0,00	21.820,29	0,00	8.290,48
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>321.862,39</b>	<b>0,00</b>	<b>138.715,76</b>

a) Valor regularizado em 2017

## 15.9 Financiamentos Obtidos

A rubrica "Financiamentos Obtidos", a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
<b>Financiamentos Obtidos</b>	<b>256.069,80</b>	<b>0,00</b>
Empréstimos Bancários	244.047,62	0,00
Locações Financeiras	12.022,18	0,00
<b>Total:</b>	<b>256.069,80</b>	<b>0,00</b>

### 15.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	0,00	149.337,17
Serviços especializados	182.774,87	0,00
Materials	16.062,11	22.498,94
Energia e fluidos	215.850,43	213.328,70
Deslocações, estadas e transportes	865,90	979,88
Serviços diversos	21.737,81	90.150,57
<b>Total:</b>	<b>437.291,12</b>	<b>476.295,26</b>

### 15.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	0,00	13.966,81
Descontos de pronto pagamento obtidos	130,74	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em Inventários	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	8577,53	11.164,23
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	4.870,56	4.376,76
Outros rendimentos e ganhos	34.635,99	26.855,87
<b>Total:</b>	<b>48.214,82</b>	<b>56.363,67</b>

### 15.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	2.956,33	662,56
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	23.872,59	5.084,79
<b>Total:</b>	<b>26.828,92</b>	<b>5.747,35</b>

### 15.13 Resultados financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
<b>Juros e gastos similares suportados</b>	<b>-2.259,92</b>	<b>0,00</b>
Juros suportados	-2.258,77	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	-1,15	0,00
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>	<b>295,24</b>	<b>1.415,60</b>
Juros obtidos	295,24	1.415,60
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total:</b>	<b>-1.964,68</b>	<b>1.415,60</b>

### 15.14 Acontecimentos Após a Data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Miranda do Douro, 22 de março de 2018

Contabilista Certificado

CC nº 93796

Urga Ruiça Rodrigues Pereira

Mesa Administrativa

Frei António Reis Ferreira  
António Pires Fernando  
Fernando da Silveira  
António José